

Polícia destruiu provas

JORGE ANTÔNIO BARROS

Os promotores da 1ª Vara Criminal de Brasília, Arinda Fernandes e Eduardo Albuquerque — que investigam o desaparecimento de Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos — denunciaram à procuradora de Justiça do Distrito Federal, Marluce Aparecida Barbosa Lima, a destruição de provas do caso pela Polícia Civil. Os policiais não apresentaram à Justiça a transcrição de gravações de telefonemas de José Carlos, que teve três telefones *grampeados* por ordem judicial.

Em petição datada de 16 de novembro, os promotores solicitam à procuradora-geral “providências que achar necessárias ao caso”, alegando que o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, coronel João Brochado, “possa ter cometido, em tese”, crimes previstos nos artigos 320 (condescendência criminosa) e 347 (fraude processual) do Código Penal. Em entrevista à imprensa, Brochado havia admitido que, por amorismo, os policiais haviam desgravado as fitas com os telefonemas, sem apresentá-los antes à Justiça.

Os promotores acreditam que o secretário deveria ser processado com base no Artigo 320, parágrafo único do Código Penal, que diz: “Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento de autoridade competente”. O Artigo 347 (fraude

processual) indica: “Inovar artificialmente o estado de lugar, de coisa ou pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito”.

“O crime foi praticado por quem autorizou a desgravação das fitas, independentemente de anuência do Ministério Público e autorização do juiz, sem que, ao menos, fossem elas desgravadas pelo Instituto de Criminalística na presença de um promotor de Justiça”, diz a petição, informando que a juíza da 1ª Vara Criminal, Ana Maria Brito, não obteve resposta em dois ofícios enviados à Telebrasil, solicitando a gravação dos telefonemas.

Negociata — Além dos telefones de José Carlos, foram *grampeados* também, com autorização judicial, os telefones da namorada do economista, Crislene Oliveira, e de dois ex-altos funcionários do MEC. No ano passado, a polícia ainda investigava a hipótese de aqueles funcionários terem se beneficiado de negociata na compra de computadores, denunciada por Ana Elizabeth. Na ocasião, a mulher de José Carlos confidenciou a uma amiga, em prantos, que havia tido discussão ríspida com o então secretário de Informática do MEC, que não chegou sequer a ser identificado pela polícia.

A procuradora-geral, Marluce Lima, decidirá que providências tomará sobre o caso. Na petição, de cinco páginas, os promotores ressaltam que “à Polícia Civil do DF não caberia desgravar aquelas fitas, por mais amadora que seja, sem concordância do Ministério Público e autorização do juiz”.